



GERÊNCIA DA REGAP VOLTA A ATACAR TRABALHADORES

PERSEGUIÇÕES demonstram que a luta da categoria ameaça os planos privatistas da empresa



Mais uma vez a gerência da Refinaria Gabriel Passos ataca trabalhadores. Nesta sexta-feira, foi a vez do diretor sindical Thiago Machado que foi suspenso por cinco dias devido à greve. Na última semana, foram os diretores sindical Gustavo Helmold, 17 dias de suspensão, e Leonardo Auim com 25

dias.

A punição de Gustavo e Leonardo se refere ao período em que os petroleiros atuavam como representantes eleitos dos trabalhadores na CIPA (Comissão Interna de Prevenção de Acidentes). Além de ferir a atuação independente da CIPA, a suspensão interfere na atuação sindical.

O Sindicato já está tomando todas as providências cabíveis em defesa do trabalhador. O coordenador do Sindipetro/MG, Alexandre Finamori, ressalta que as perseguições demonstram claramente como a luta da categoria ameaça os planos privatistas da empresa.

“Nós não aceitaremos

essas punições políticas. Coletivamente, a categoria já respondeu com apoio político, jurídico e financeiro aos punidos. E será assim, se eles atacarem individualmente, nós responderemos coletivamente. O objetivo é enfraquecer nossa resistência ao processo de privatização”, afirma o coordenador.

SINDICATOS PARTICIPAM DE REUNIÕES DA PLR

A categoria deve ficar atenta. Ainda este mês devemos ter assembleias sobre a PLR



O Sindipetro/MG participou na quinta-feira, 15, de reunião da FUP com a Petrobras sobre a negociação de regras e parâmetros para a Participação nos Lucros e Resultados (PLR) de 2021, com pagamento em 2022.

Durante a reunião, os sindicatos conseguiram que a empresa se comprometesse a soltar a primeira

proposta ainda neste mês de outubro para ser apreciada em assembleias pela categoria.

Portanto, a categoria deve ficar atenta. Ainda este mês devemos ter assembleias sobre PLR.

Além disso, os sindicatos conseguiram incluir nas reuniões de negociação representantes das subsidiárias.

PROJETO NA CÂMARA ALTERA LEI DO PETRÓLEO

André Figueiredo (PDT/CE) propôs a alteração para proibir a Petrobras de criar subsidiárias para a venda de ativos



O deputado federal André Figueiredo (PDT/CE) propôs a alteração da Lei do Petróleo para proibir a Petrobras de criar subsidiárias com o objetivo de vender ativos.

O Deputado parte do princípio que, já que o STF entende que não há restrição legal para criação e venda de subsidiárias, então é preciso mudar a lei para impedir a venda das refinarias.

Em seu texto, o

Projeto de Lei altera o artigo 64 da Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997, que passaria a vigorar com a seguinte redação: “Parágrafo único. A autorização a que se refere o caput não compreende a constituição de subsidiárias para realização de operações de desinvestimento de atividades do objeto social da PETROBRÁS.” (NR) (Informações de Veredas Inteligência Estratégica)